



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

20/01/2015 ATÉ 20/01/2015



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE JUSBRASIL.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG DO MINARD.....	2
3	COMARCAS	
	3.1 SITE JUSBRASIL.....	3
	3.2 SITE O QUARTO PODER.....	4
4	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	4.1 SITE JUSBRASIL.....	5

Justiça utiliza sistema de videoconferência em interrogatório de réus

A instalação do sistema de vídeo conferência foi feita na gestão da presidente Cleonice Freire

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) já possui, em pleno funcionamento, seis terminais de videoconferência destinados a interrogatório de réus, escuta de testemunhas e outros atos em processos criminais.

No Fórum de São Luís, o sistema está instalado em duas salas do 5º andar do fórum, equipadas com câmera de vídeo, microfone, projetor de alta definição e decodificador de imagem.

O sistema de videoconferência é utilizado pelos juízes criminais para inquirições, nos casos previstos em lei, quando o processo não exigir a presença física de réus e testemunhas.

No Fórum de São José de Ribamar, o sistema funciona numa sala anexa ao Salão do Júri, com microfone, câmera de vídeo, projetor de alta definição e decodificador de imagem, ligados à internet. No complexo Penitenciário de Pedrinhas foram instalados dois terminais de videoconferência, para o interrogatório de réus presos, além de uma sala no Fórum da Comarca de Imperatriz.

A instalação dos sistemas de videoconferência integra as ações na área de segurança institucional planejadas na gestão da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e evita situações de insegurança no interior do fórum que possam representar risco à vida das pessoas.

Com a instalação dos terminais, o TJ cumpriu meta estabelecida em seu Planejamento Estratégico na área da informatização dos serviços, expandindo para as comarcas um recurso tecnológico que antes estava disponível apenas na sede, para assuntos administrativos.

O sistema de videoconferência previne a fuga de presos; viabiliza a participação de réus no processo nos casos de dificuldade de deslocamento por motivo de doença; impede a coação de vítimas e testemunhas pelos réus e evita interrupções no processo devido à ausência dos acusados nas audiências.

A lei federal nº 11.900/2009 autoriza a utilização de videoconferência em interrogatórios, acareações, reconhecimento de pessoas, inquirição de testemunhas, tomada de declarações da pessoa ofendida e no julgamento de presos de alta periculosidade.

Já as regras quanto à aplicação dessa solução tecnológica nos atos processuais foi definida pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 105/2010.

Corregedoria promove Workshop sobre Malote Digital

A Corregedoria Geral da Justiça, através da Assessoria de Informática, promove no dia 30 de janeiro o 4º Workshop de Sistemas. Dessa vez a temática é Enviando Cartas Precatórias Com o Sistema Malote Digital e tem por objetivo capacitar magistrados, secretários judiciais e assessores para o uso do sistema de Malote Digital, em cumprimento à Resolução 100 do CNJ e à Resolução 25/2013 do TJMA, que regulamentam o envio de Cartas Precatórias entre unidades judiciais. O horário será das 9h ao meio-dia, no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa.

O juiz Mario Márcio de Almeida, auxiliar da CGJ e à frente do Comitê de Metas e Gestão da Corregedoria, ressaltou o empenho da instituição no que tange à capacitação de pessoal. Com esse objetivo, a corregedoria já promoveu outros três workshops na área de informática, em São Luís e Imperatriz, também voltado para magistrados e secretários judiciais, direcionado ao debate do gerenciamento da produtividade no uso dos sistemas Themis PG e JurisConsult.

De acordo com Paulo Rocha, assessor de informática da CGJ, o sistema Malote Digital permite a troca eletrônica de correspondências entre diversos órgãos do Poder Judiciário, passando a ser ferramenta importante principalmente na economia de envio de correspondência no método tradicional, além da agilidade. Na programação do Workshop, os módulos: O Sistema Malote Digital; Normas do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Maranhão; Como requisitar acesso ao sistema; e Como enviar e receber Cartas Precatórias.

Sobre o Malote Digital É um sistema desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas, oficiais e de mero expediente. O sistema (originalmente chamado Hermes) foi desenvolvido pelo TJ-RN para uso interno. Posteriormente, foi cedido por meio de convênio ao CNJ, onde sofreu adaptações para permitir a troca eletrônica de correspondências entre diversos órgãos do Poder Judiciário, passando a ser conhecido como Malote Digital.

Atualmente, o sistema é utilizado por todo o Poder Judiciário em substituição à remessa física de comunicações nos termos da Resolução 100/2009, do Conselho Nacional de Justiça, acelerando o trâmite de documentos, representando uma significativa economia ao erário.

Abaixo, em Arquivos Publicados, a Resolução do CNJ que institui o Malote Digital.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

Fórum em Anajatuba terá atividades suspensas durante esta semana

Fórum em Anajatuba

Depois de apresentar diversos problemas, como a falta de telefone, de energia elétrica e de internet, a juíza Mirella César Freitas determinou a suspensão geral das atividades do Fórum de Anajatuba. De acordo com a magistrada, que é titular da unidade judicial, problemas na estrutura do prédio estão comprometendo o andamento da prestação jurisdicional.

Com a falta de ferro, o teto está exposto e levemente deteriorado, acarretando em aparecimento até de morcegos. Em visita ao Tribunal de Justiça, o setor de engenharia sugeriu a suspensão das atividades e o imediato início da recuperação do fórum. Uma equipe da Divisão de Engenharia do TJ já está a caminho de Anajatuba para solucionar os problemas.

No TJ o prazo sugerido foi de dois dias de suspensão, mas devido à gravidade da situação, a corregedora sugeriu até a sexta-feira, dia 23. O que podemos afirmar é que, hoje, está impossível de se trabalhar e de atender ao público no fórum da comarca, ressaltou Mirella.

Prejudicados Os serviços no Fórum de Anajatuba já estavam prejudicados pela falta de telefone. Depois, veio a falta de internet e a impossibilidade de acesso aos sistemas do TJ, como o Themis. É válido destacar a dedicação da engenharia do TJ no intuito de resolver esses problemas. Esperamos que a situação esteja normalizada a partir da próxima semana, enfatizou a juíza.

Uma portaria será editada nesta semana informando sobre a suspensão dos trabalhos no fórum. Os prazos, que estão suspensos até esta terça-feira devido ao recesso sugerido pela OAB, deverão continuar suspensos em Anajatuba até a sexta-feira.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

TJMA retoma atividades com sessão plenária nesta quarta-feira (21)

TJMA volta às atividades a partir desta quarta-feira. (FOTO: Ribamar Pinheiro)

Após período de recesso forense, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), reinicia suas atividades, com sessão administrativa, às 9 horas, no Plenário do Palácio Clóvis Beviláqua, na Praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

Entre os pontos da pauta, está a eleição de diretor e vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), em seguida, outros 18 processos serão apreciados pelo Órgão Especial, envolvendo promoção, remoção, sorteio de juízes e lista de antiguidades dos juízes de entrâncias inicial, intermediária e final.

O Tribunal funcionou em sistema de plantão judicial, no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, nas esferas cível e criminal, visando garantir o acesso do cidadão à justiça e atender as demandas urgentes habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares.

Orquídea Santos

Assessoria de Comunicação do TJMA

(asscom@tjma.jus.br)

(98) 3198 4370

Olinda Nova do Maranhão - Comarca distribui cestas básicas a famílias carentes

Na última sexta-feira (16), a Comarca de Olinda Nova do Maranhão entregou a 228 famílias carentes de povoados distantes da sede da Comarca cestas básicas adquiridas com recursos arrecadados pela Justiça em 2014.

Segundo a titular da comarca, juíza Anelise Nogueira Reginato, as 228 cestas foram adquiridas “com os R\$ 6.093,00 oriundos de transações penais e composição civil de danos em Termos Circunstanciais de Ocorrência - TCOs (processos criminais que tramitam no Juizado Especial) e suspensão condicional do processo em Processos Criminais comuns, onde o crime tem pena mínima prevista de um ano de restrição de liberdade”.

Ainda segundo a magistrada, a escolha das famílias a serem beneficiadas foi feita pelos oficiais de Justiça da comarca, entre famílias já cadastradas na unidade e cuja situação de penúria é conhecida de perto pelos oficiais, que realizam diligências nesses povoados distantes. “Destas famílias, a maioria sobrevive apenas com o dinheiro do programa bolsa família e ganham, em média, R\$ 180,00 por mês”, ressalta a magistrada.

De acordo com a juíza, entre os povoados dos quais as famílias são oriundas estão: Pacheco, Itapecuru, Gameleira, Estrela, São Francisco, Conceição, Santa Rita, Coqueiro, Itaparica, Mata Praga e Cutia. “São quase todos na divisa de Olinda com os Municípios de Matinha, São João Batista, São Vicente Férrer e Viana”, informa.

“Expliquei às famílias beneficiadas como foi arrecadado o dinheiro e que desta forma as leis processuais penais também desempenham função social”, conclui a magistrada.